

The background features several abstract blue line drawings. At the top, there are three separate curved lines, each with two solid blue circles. Below these, a larger, more complex line drawing curves across the middle of the page. In the lower-left quadrant, there are two circular motifs: one with a solid blue center and a dashed blue outer ring, and another similar one below it. The text is placed within these graphic elements.

**A pesquisa e o ensino em
Arquivologia:**

**Perspectivas
na era digital**

Organizadores:

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS
ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR
GILBERTO GOMES CÂNDIDO
Organizadores

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA
DIGITAL**



BELÉM, PA
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)
Robero Lopes dos Santos Jr
Gilberto Gomes Cândido

Presidente da Comissão Científica

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

Conselho Editorial/Comissão Científica

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

Coordenação Editorial: Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

Capa: Máira Fernandes Alencar

Revisão textual: os autores

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.
324: il.

Livro eletrônico.
978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

Thiago Henrique Bragato Barros

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

SUMÁRIO

A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia	91- 96

Tendências da preservação eletrônica e digital

Diplomática Digital: uma nova abordagem?	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos	108- 116

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental	184- 194
--	----------

Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência	196- 203
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades	204- 212
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros	213- 220

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)	222- 232
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos	233- 242
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	243- 250
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos	251- 260
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES	261- 269
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado	270- 278
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	279- 288
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	289- 303
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa	304- 314
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência	315- 325

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

Contemporary issues of teaching in Brazilian Archival Science

Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado

Teaching, Research and Extension in Archival Science degree: report on integrated project experience

Marcia Cristina de Carvalho Pazin-Vitoriano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Av. Higino Muzzi Filho, 737 – Sala 15 – CEP: 17.525-900 – Marília/SP, marcia.pazin@unesp.br

Resumo

Apresenta um relato de experiência de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão, num projeto voltado ao desenvolvimento de ações para implantação de um arquivo municipal em Marília, município localizado no interior de São Paulo. Partindo do referencial teórico da Arquivologia nos temas Políticas Arquivísticas e Arquivos Municipais e considerando a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, preconizada pela educação superior no Brasil, o artigo apresenta objetivos, metodologia e resultados obtidos durante o desenvolvimento do referido projeto. A análise dos resultados demonstra que a articulação entre os três elementos potencializa a construção do conhecimento nos alunos envolvidos no processo e amplia a capacidade de atuação da universidade na formulação de políticas públicas de arquivo nas comunidades em que se insere.

Palavras-chave: arquivo municipal; políticas arquivísticas, atuação profissional; ensino; pesquisa; extensão

Abstract

It presents an experience report of integrating teaching, research and extension activities, in a project that aims to develop actions for the implementation of a municipal archive in Marília, municipality located in the interior of São Paulo. Starting from the theoretical reference of Archival Science on Archival Policies and Municipal Archives themes, and considering the tripod teaching, research and extension, advocated by higher education in Brazil, the article presents objectives, methodological procedures and results obtained during the development of the project. The analysis of results shows that the articulation between the three elements enhances the construction of the knowledge for the students involved in the process and expands the capacity of university action in the formulation of public policies of archives in the communities in which it is inserted.

Keywords: municipal archive; archival policies; professional performance; Teaching, Research, Extension.

1 Introdução

O ensino universitário brasileiro está baseado no princípio da indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme é definido pela Constituição Federal, em seu artigo 207 (BRASIL, 1988). Segundo o Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, essa é uma de suas diretrizes e integra os objetivos da universidade.

Art. 2º A Unesp rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão de desenvolvimento crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, devendo: I - criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão II - oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza; III - formar cidadãos capacitados para o exercício da investigação e das diferentes profissões; IV - privilegiar e estimular a atividade intelectual e a reflexão continuada sobre a sociedade brasileira, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social; V - promover atividades de extensão e de articulação com a comunidade. (...) (UNESP, 1989, p.01)

Considerando essa grande diretriz, entende-se que a atuação da universidade deve contemplar a articulação dos três elementos de maneira equilibrada, de modo a garantir a formação profissional, o desenvolvimento da pesquisa científica e o fornecimento à sociedade de uma parcela do saber construído no ambiente universitário, configurando-se um claro papel social.

Considerando também a importância da universidade como apoio teórico-metodológico no contexto do estabelecimento de políticas públicas ligadas às mais diversas áreas do conhecimento, projetos acadêmicos que integrem as três áreas podem ser instrumentos benéficos para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ocorre que, muitas vezes, a prevalência do ensino e da pesquisa sobre o tema da extensão tem distanciado a universidade da sociedade, reduzindo a integração e o benefício social que poderia estar ligado ao processo ensino-aprendizagem.

Compreendendo a relevância do tema, este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre

a articulação entre os elementos ensino, pesquisa e extensão no curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – Campus Marília, a partir do desenvolvimento de um projeto de extensão universitária voltado à criação e implementação de políticas públicas arquivísticas. Como objetivos específicos, pretendemos realizar uma análise sobre os benefícios trazidos pela presença da extensão universitária em projetos no ambiente de formação profissional arquivística. Além disso, identificar possibilidades de atuação de docentes e alunos dos mais diversos cursos de Arquivologia junto às comunidades locais, visando ao desenvolvimento de ferramentas de apoio à criação e implementação de instrumentos de gestão documental.

A partir do conceito de extensão universitária, como braço articulador de ações junto à sociedade, incorporado pela comunidade acadêmica, a proposta de desenvolvimento de um projeto de extensão universitária junto à Prefeitura Municipal de Marília ensejou a possibilidade de aliar atividades específicas de extensão aos temas das disciplinas ministradas durante a turmas do curso de Arquivologia e a desenvolver paralelamente projetos de pesquisa destinados à elaboração de artigos científicos, de trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação e de dissertações de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp.

Como resultados, o artigo apresenta uma análise do projeto e de sua contribuição para a política arquivística municipal, considerando as necessidades para implantação de um Arquivo para o município e identifica possíveis linhas de atuação junto à comunidade universitária e à comunidade local.

2 Referencial Teórico

Presente na formulação dos objetivos da Unesp, a concepção de Extensão Universitária é apresentada no seu Estatuto Geral (UNESP, 2012).

Art. 1º A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.
§ 1º Dentro desta concepção considera-se que a extensão universitária:

I - representa um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;

II - constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III - é um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

IV - é uma produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente

transformadoras entre universidade e sociedade; V - favorece a renovação e a ampliação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade.

Alguns elementos apresentados direcionam a definição dos projetos e programas, em especial o projeto aqui analisado. A ‘relação escola-professor-aluno-sociedade’ definida não se estabelece em uma única via. Embora a atuação parta da universidade, espera-se que ao chegar à sociedade, cada ação retorne como novo conhecimento produzido e ensejem novas inquietações. A ideia de inter-relação e de modificação mútua apresentada inicialmente demonstra que a atuação da extensão universitária deve estar ligada a um ambiente social específico, no qual possa atuar diretamente, mas que também receba influência da comunidade em que se insere. Delineia-se então, o conceito de universo de atuação que, estando fora da Universidade, pode estar ligado a ela por meio da convivência e da troca de experiências.

Um segundo elemento é representado pela formação de ‘profissionais-cidadãos’, capazes de atuar na sociedade. Trata-se, portanto de inserir os alunos a uma vivência profissional efetiva neste ambiente previamente definido.

O terceiro elemento envolve a produção de novos conhecimentos por meio da extensão e está associado ao quarto elemento, que é a renovação dos métodos de ensino-aprendizagem, representado aqui pela expressão ‘sala-de-aula’. Mudar o conceito de ‘sala-de-aula’ representa modificar a estrutura de ensino convencional.

Estes quatro elementos, ambiente (comunidade externa), formação profissional (atuação efetiva com base no ensino), criação de conhecimento (pesquisa) e métodos de ensino-aprendizagem são determinantes para identificar as formas de atuação possíveis de cada curso no ambiente extensionista.

No curso de Arquivologia, duas vertentes se sobressaem: a prestação de serviços em organização de documentos e informações e a assessoria para o desenvolvimento de políticas arquivísticas.

Considerando as especificidades do município de Marília, as muitas necessidades identificadas por docentes e alunos ao longo dos mais de dez anos de existência do curso demonstraram que seria muito importante atuar no apoio à criação de uma política arquivística para implantação efetiva da gestão de documentos no município.

Definiam-se assim as primeiras diretrizes para a elaboração de um projeto de extensão. O ambiente seria a Prefeitura Municipal de Marília e, mais

especificamente os Arquivos e depósitos de documentos existentes.

O elemento formação profissional assentou-se na definição do tipo de projeto a ser realizado: um projeto de implantação de instrumentos de gestão de documentos, dentro do conceito geral de políticas arquivísticas.

O elemento criação de conhecimento partiu das primeiras questões que se colocaram a partir da definição dos elementos anteriores. Quais problemas existem no município? Quais elementos dentre os conteúdos ensinados no curso poderiam ser aplicados? As respostas a estas questões foram determinantes para definir a atuação de pesquisa durante o desenvolvimento do projeto.

E, por fim, os métodos de ensino-aprendizagem devem determinar as estratégias metodológicas de atuação de docentes e alunos ao longo do projeto.

Considerando estes elementos, dois grandes eixos teóricos iniciais foram delimitados: políticas públicas arquivísticas e arquivos municipais. Estes dois eixos determinaram tanto a elaboração do projeto quanto a definição de estratégias de ação e linhas de pesquisa, conforme apresentado na seção de resultados.

2.1 Políticas públicas arquivísticas

O conceito de política pública está intrinsecamente ligado à atuação dos governos para planejar e dirigir ações de gestão nas diversas atribuições governamentais, voltadas à vida em sociedade.

Para Vasquez (2005, p.5), o termo política, aqui considerada como política pública, representa um “conjunto de metas e objetivos que tendem a elevar a qualidade de vida de uma comunidade, mediante utilização dos recursos existentes ou a serem criados, e que se traduzem em diretivas e, em seguida, em legislação”. Em outra definição,

Políticas Públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição (SOUSA, 2006, p.3)

Ao analisar o conceito de políticas públicas, Sousa (2006, p.04) chega a cinco constatações. A primeira delas é que “Política não é sinônimo apenas de leis e Pública não pode ser traduzida somente por governo”. Isto significa que não basta elaborar a legislação necessária para que, automaticamente, a política esteja implantada, é necessário também que outras ações, administrativas e técnicas, sejam colocadas em prática, para garantir o sucesso de sua implementação. Além

disso, políticas públicas não podem ser consideradas apenas como ação única e exclusiva da gestão pública. A sociedade civil é responsável por uma parcela importante da criação e manutenção de políticas públicas, com a cobrança de ações para efetivação das propostas governamentais. E também, pode ser responsável por fomentar estas políticas mediante ações de organizações da sociedade civil.

A segunda constatação refere-se à possibilidade real da existência de políticas públicas de arquivo, uma vez que a informação contida nos documentos de Arquivo são insumo estratégico para o desenvolvimento social em vários âmbitos. Uma outra constatação é a necessidade de articulação entre os interesses governamentais e os interesses da sociedade, de modo a conectar governo e público-alvo e garantir a participação ativa da sociedade junto aos agentes públicos, responsáveis pela criação de políticas (SOUSA, 2006).

A quarta constatação é que a criação e execução de políticas públicas envolvem sempre a necessidade de informação, o que demonstra a importância das políticas públicas de arquivo, que garantam o fornecimento de informações para a elaboração e realização de políticas de outras áreas. E, por fim, a constatação da coexistência de duas dimensões das políticas públicas: a dimensão política, propriamente dita, e uma dimensão técnico-científica (SOUSA, 2006).

Estas constatações devem ser fortemente consideradas em todos os processos de discussão e formulação de políticas arquivísticas. No caso do projeto em questão, elas foram fundamentais para identificar os aspectos que deveriam ser levados em conta para o desenvolvimento das ações pretendidas.

O Conarq (2011, p. 19) caracteriza uma política de gestão arquivística como “uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será realizada a gestão arquivística no órgão ou entidade”.

Como diretriz geral, a política arquivística deve:

- Incluir as linhas gerais do programa de gestão;
- Indicar normas e procedimentos necessários;
- Ser comunicada e implementada em todos os níveis dos órgãos e entidades;
- Estar articulada às demais políticas informacionais existentes no órgão ou entidade (CONARQ, 2011).

Para Manuel Vasquez (2005, p.6) a política arquivística:

É aquela política que formula objetivos e propõe meios apropriados para servir aos direitos e necessidades da sociedade em seu conjunto; das instituições produtoras / receptoras de documentos; dos interesses individuais ou institucionais e, por último, dos investigadores retrospectivos.

Assim como Sousa (2006), o autor também entende que a política arquivística não deve ser considerada como uma política de natureza exclusivamente governamental. Deve estar presente nas instituições públicas ou privadas. E deve, também, ser capaz de adaptar-se às necessidades e aos recursos existentes na instância à qual atenderá.

Esta não é uma tarefa fácil para a realidade brasileira, como salienta Jardim (2013, p.36)

Embora, no caso brasileiro, seja muito presente nos discursos produzidos por gestores de algumas instituições, as políticas arquivísticas ainda não se traduzem em reflexões teóricas mais estruturadas, inclusive na literatura internacional. As declarações de políticas arquivísticas emitidas por serviços e instituições apontam para diferentes formas de visualizar os processos, ações e sujeitos da gestão arquivística. Não raro um dispositivo legal, projeto ou programa são caracterizados como uma política arquivística. No entanto, o fato de se tomar uma decisão política de implementar um projeto de gestão de documentos não confere a esse projeto a condição de uma política arquivística.

O conceito de política arquivística envolve, portanto, a aplicação de diretrizes técnicas e legais ao tratamento dos arquivos, considerando as múltiplas dimensões de atendimento às necessidades da população atingida por elas.

No âmbito dos municípios, uma política arquivística deve estar relacionada prioritariamente à criação e implantação de diretrizes de gestão de documentos, de preservação da memória regional e à criação de um ambiente propício ao fomento de uma certa cultura arquivística na sociedade. Um dos elementos representativos deste processo é a criação do arquivo municipal.

2.2 Arquivos Municipais

A implementação de arquivos pela administração pública municipal é uma obrigação legal dos municípios desde que a Lei de Arquivos brasileira definiu os documentos de arquivo “como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, art. 1º) e determinou que “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”, de acordo com a instância da administração” (BRASIL, 1991, art. 17)

Fica clara a dupla importância dos arquivos nas diversas instâncias da administração pública. Se por um lado, os documentos são instrumentos de apoio à administração e, portanto, sua finalidade de prova documental das ações do gestor público é salientada, por outro lado o elemento cultural e de participação no desenvolvimento científico nacional também são colocados em evidência.

Nas décadas seguintes à promulgação da Lei de Arquivos, o aspecto da garantia do direito à informação foi fortalecido por novas leis, que demonstraram a necessidade de os municípios brasileiros implantarem mecanismos eficientes de gestão de documentos de arquivo, como instrumentos de controle da administração municipal e como mecanismo de acesso à informação pública por parte dos cidadãos, objetos da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e da Lei de Acesso à informação (BRASIL, 2011).

Gradativamente, os municípios têm tentado criar estruturas administrativas para manutenção e acesso aos documentos e informações públicos, por motivos de gestão ou por solicitação dos cidadãos. Porém, na maior parte das vezes, falta a compreensão de que somente será possível garantir plenamente o atendimento à legislação a partir da existência de um Arquivo Municipal, onde a documentação produzida e/ou acumulada pela administração possa ser arquivada e tratada adequadamente, garantindo a preservação de direitos ao longo do tempo e, também, a preservação da memória da atuação do município.

Cabe salientar que é no município que se desenvolve a cultura regional e onde se fortalecem laços sociais e culturais. É também no município que são atendidas as demandas essenciais da sociedade, dos serviços públicos à saúde e educação básicas, entre outros. Ao mesmo tempo, como parte da gestão pública, os municípios produzem documentos de grande interesse para a história local, assim como para a garantia dos direitos da população.

O arquivo municipal é a instituição responsável pelo tratamento dos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e, em alguns casos, do legislativo, no âmbito da administração municipal direta e indireta (MACHADO; CAMARGO, 2000).

Porém, dentre os 5.570 municípios existentes no Brasil, apenas uma pequena parcela possui arquivo municipal instalado e cumprindo suas atribuições. Considerando os aspectos abordados, torna-se evidente a importância da atuação dos cursos de Arquivologia no fornecimento de assessoria teórico-metodológica para subsidiar ações do poder público municipal para cumprimento desta finalidade. É nesse contexto que o projeto ora analisado teve início.

3 Desenvolvimento do Projeto

O projeto de extensão “Desenvolvimento de políticas arquivísticas – diretrizes para os instrumentos de gestão de documentos no município de Marília/SP” teve início em 2015, a partir de uma demanda antiga do corpo docente do Curso de Arquivologia da Unesp Marília: realizar ações junto ao poder público municipal visando

incentivar e subsidiar tecnicamente a implantação do Arquivo Público Municipal da cidade.

Diversas tratativas já vinham sendo realizadas desde a metade dos anos 2000 com este objetivo, mas a cada momento, questões burocráticas ou relativas ao contexto político-administrativo do município impediam o andamento do processo. Passados vários anos, uma nova iniciativa tomava forma.

3.1 O contexto arquivístico do município de Marília

Marília é um município do interior do estado de São Paulo. Localizada no Oeste Paulista, conta atualmente com cerca de 235 mil habitantes, constituindo-se como município de médio porte.

Embora a Lei Municipal nº 6.720, de 13 de março de 2008, tenha criado o Arquivo Público Municipal, com as funções de gestão de documentos e de preservação do patrimônio documental do município (MARÍLIA, 2008), até o ano de 2017 não havia profissionais habilitados para estas atividades no corpo funcional da prefeitura municipal, nem haviam sido realizadas ações efetivas para realização desses objetivos, como a instalação da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADA).

O chamado Arquivo Municipal corresponde, ainda hoje, a uma Divisão da Secretaria Municipal de Administração com a finalidade de gerenciar o arquivamento de documentos relativos ao trâmite de processos da prefeitura, especialmente das solicitações de municípios, processos de obras e parte dos processos administrativos. Não possui relação com as demais Secretarias Municipais e também não tem responsabilidade pela preservação dos documentos produzidos no âmbito administrativo de cada secretaria, que não tenham tramitado especificamente como processos ou expedientes internos.

Somente em 2018, a partir da criação da função de arquivista, foi realizado o primeiro concurso para provimento do cargo, em que foram contratadas as três primeiras arquivistas do município e implantada a CADA, ainda com composição limitada aos servidores da Divisão de Arquivo.

Ao longo deste período, a gestão de documentos e o acesso à informação tornaram-se questões relevantes para a prefeitura municipal com a promulgação de duas leis federais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que consolidaram a necessidade de implementar legislação própria no município para atender as determinações federais de transparência e acesso. Em Marília, a Lei de Acesso à Informação foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 11.515, de 12/05/2015, e deu origem ao Portal de Transparência do município, onde são publicados os documentos

obrigatórios definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LEATI, PAZIN-VITORIANO, 2018).

Neste momento o contexto político do município tornava-se mais favorável ao desenvolvimento do projeto de assessoria proposto pela Unesp.

3.2 O projeto de extensão

Com base na realidade apresentada, o Departamento de Ciência da Informação da Unesp Marília celebrou, em 2016 convênio junto à prefeitura municipal com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para realizar as atividades de diagnóstico, planejamento e implantação do Arquivo Público Municipal.

Cabe ressaltar que esta etapa, de natureza legal e política, sofreu inúmeros percalços até ser concretizada. Do início da negociação para criação da lei municipal que autorizava a realização do convênio, em 2015, até sua efetivação em 2016, uma série de negociações e adaptações tiveram que ser realizadas para que as atividades tivessem início.

Esta era uma etapa essencial para que o projeto pudesse ter andamento, uma vez que o acesso tanto às Secretarias, Divisões e Setores, como aos servidores responsáveis, deveria ser autorizado por meio de instrumento legal.

Embora as atividades do projeto tenham se iniciado durante o processo de negociação, somente após a celebração do convênio entre Unesp e Prefeitura Municipal foi possível dar andamento às ações previstas.

Como objetivo geral, o projeto pretende colaborar com a equipe de servidores técnico-administrativos da Prefeitura Municipal de Marília no levantamento de dados para o desenvolvimento de ações para a implantação do Arquivo Público Municipal, principalmente no que se refere à criação dos instrumentos técnicos de gestão documental – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - para os documentos da administração pública municipal.

Para cumprimento do objetivo geral, o projeto tem como objetivos específicos:

- Identificar as características da estrutura administrativa municipal no desempenho das funções com vistas a subsidiar estudos de gestão documental voltadas à documentação produzida.
- Realizar o mapeamento de locais de preservação nas unidades identificadas em parceria com servidores municipais e elaborar um relatório geral da situação da documentação municipal;
- Iniciar o levantamento dos documentos produzidos e sistematizar junto aos servidores informações sobre valor dos documentos (administrativo, legal, técnico, histórico).

- Subsidiar tecnicamente a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADAS) no processo de avaliação documental e na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade.

3.3 Metodologia

Para cumprimento de suas ações, o projeto utiliza-se de procedimentos da pesquisa aplicada, contemplando além da revisão bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa documental, que visam cumprir os objetivos propostos.

A pesquisa documental utiliza a análise de legislação e contempla a realização de estudos sobre a história do município e a evolução da estrutura administrativa municipal, visando identificar funções e atividades desempenhadas o longo do tempo.

A pesquisa de campo contempla duas fases. Inicialmente refere-se ao levantamento de locais em que estejam depositados documentos relativos à administração municipal, com a realização de entrevistas junto a servidores e usuários que possam fornecer informações sobre a existência de depósitos de documentos, sua localização e caracterização básica. Nesta fase também são pesquisados documentos de valor permanente.

Numa segunda etapa, dentre os diversos locais identificados, são elencados aqueles que serão utilizados para levantamento da documentação existente e para os quais será realizado o estudo da Tipologia Documental característica da Prefeitura Municipal.

3.4 Resultados esperados

Por se tratar de um projeto de grande dimensão, as ações foram divididas em etapas. A cada uma delas delimitaram-se resultados esperados, considerando a articulação entre ensino-pesquisa e extensão, conforme apresentado a seguir:

- Elaboração de um relatório de análise da evolução da estrutura administrativa e das funções desempenhadas pelos diversos órgãos da administração municipal;

- Elaboração de relatório geral de diagnóstico do acervo documental mantido pela Prefeitura Municipal de Marília, contemplando a identificação dos locais em que existem documentos, especialmente de valor histórico, o levantamento geral do volume de documentos e as condições de conservação do acervo em cada local, além da caracterização tipológica básica desses conjuntos;

- Ampliação do contato dos alunos de graduação e pós-graduação com a realidade concreta dos arquivos municipais, a partir da aplicação da teoria e da metodologia aprendidas em sala de aula em um caso

real, durante o processo de trabalho nos setores da Prefeitura Municipal onde se dará a realização do projeto;

- Sensibilização da administração pública municipal para a questão da gestão de documentos e, principalmente, para a preservação do patrimônio histórico documental do município;

- Elaboração de relatório contendo subsídios e diretrizes para o planejamento de implantação de um Arquivo Público Municipal, contemplando o diagnóstico da situação, as implicações legais relativas à necessidade de existência de um arquivo público e as necessidades técnicas e de infraestrutura para essa ação;

- Ampliação da visibilidade da FFC/UNESP junto à comunidade do município, principalmente no que se refere à participação da universidade na construção de políticas públicas de natureza administrativas e culturais;

- Estabelecimento de uma rede de comunicação dos objetivos do projeto e de suas vantagens, junto à mídia local (TV, rádio e jornais), de modo a divulgar as ações e os impactos positivos do projeto para o município e dar visibilidade às ações de extensão da universidade.

A proposição de resultados do processo extensionista visa determinar ações práticas que representem os objetivos definidos no projeto. Entende-se que, dessa forma, torna-se visível a atuação junto à comunidade interna e externa, demonstrando claramente as mudanças situacionais desencadeadas pelo projeto.

4 Apresentação de Resultados

A partir da celebração do convênio, professores e alunos poderiam dar início às atividades junto às secretarias e autarquias municipais, com a participação ativa dos servidores, voltadas ao cumprimento dos objetivos propostos.

As primeiras ações tiveram início em 2016, mas foram bastante prejudicadas pela ausência, inicialmente do instrumento de formalização legal, o convênio, só formalizado ao final daquele ano e, depois, pela ausência de profissionais com habilitação técnica dentre os servidores que pudessem funcionar como ponte entre a equipe da Universidade e as Secretarias.

Nesse período, foram realizados:

- Levantamento das funções e atribuições dos órgãos municipais, a partir da pesquisa da legislação municipal.

- Levantamento dos documentos históricos do município, preservados em diversas entidades externas aos arquivos setoriais da Prefeitura Municipal. Foram identificados documentos no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília – CEDHUM, da

Unesp, na Biblioteca Pública Municipal e na Biblioteca da Câmara Municipal.

- Análise das atividades realizadas por Arquivos Públicos Municipais de outras regiões relativos a ações culturais e educativas, visando ampliar a discussão sobre o Arquivo Municipal do ponto de vista de sua importância cultural para a cidade.

A cada ano, o projeto contou com um bolsista de extensão e alunos voluntários que desenvolveram projetos de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Em 2016, durante a fase inicial do projeto, três alunas realizaram pesquisas com enfoque em diferentes temas ligados aos arquivos municipais, integrando aspectos teóricos apresentados nas disciplinas cursadas às questões colocadas no projeto de extensão e à pesquisa científica.

A partir dos temas tratados na disciplina de Classificação Arquivística, Leme (2016) desenvolveu um projeto voltado à análise comparativa das atribuições, funções e atividades como subsídio à elaboração de planos de classificação para municípios. Este trabalho comparava diferentes realidades de municípios de pequeno, médio e grande porte, já estudadas na bibliografia, com a realidade específica do município de Marília.

Utilizando-se dos conceitos abordados na disciplina de Arquivos Permanentes, Pacífico (2016) desenvolveu uma pesquisa para levantamento dos documentos de valor permanente do município, dispersos por diversas entidades municipais, como a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca da Câmara Municipal e o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum), da Unesp.

Aplicando os conceitos de ação cultural e ação educativa, apresentados na mesma disciplina de Arquivos Permanentes, Santos (2016) realizou uma pesquisa sobre a existência de atividades de ação educativa em arquivos municipais na Região Sudeste.

Após a finalização, os TCCs resultantes foram encaminhados à gestão municipal, e se tornaram fonte de referência para a realização das próximas etapas do projeto.

Os resultados dessa fase e a percepção da magnitude de um projeto dessa natureza demonstraram a possibilidade de utilização de elementos do projeto de extensão para aplicação em sala de aula. Assim, foi criada uma disciplina optativa denominada Arquivos Municipais, visando discutir as especificidades deste tipo de arquivo, com a apresentação de questões históricas, legais e técnicas envolvidas na implantação e gestão de arquivos no âmbito dos municípios e utilizando os dados coletados no município de Marília universo de trabalho.

Em sua terceira edição, a disciplina vem atuando na formação de novos bolsistas e pesquisadores do tema, ampliando o contato dos alunos com a realidade dos arquivos municipais.

Um dos resultados da disciplina foi o início uma pesquisa sobre a relação da legislação municipal com a implantação das políticas arquivísticas que teve como primeiro resultado um artigo sobre o tema (LEATI, PAZIN-VITORIANO, 2018). Esta pesquisa continua em andamento, visando à elaboração de TCC cujo tema é a identificação de necessidades e diretrizes para implantação da gestão de documentos em arquivos municipais.

A partir da pesquisa citada anteriormente (LEME, 2016), a mesma aluna desenvolveu o projeto que resultou em uma dissertação de mestrado tratando da inter-relação entre identificação arquivística e classificação, numa perspectiva metodológica aplicada ao município de Marília (LEME, 2019). Durante esta pesquisa, uma análise bibliométrica de citação sobre ao tema da Classificação Arquivística realizada pela autora em parceria com outras pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação lançou luz sobre a influência dos teóricos arquivísticos do tema (LEME; PACHU; HILÁRIO, 2018).

Todos estes trabalhos demonstram a possível retroalimentação entre ensino (conteúdo das disciplinas), pesquisa (problemas e projetos) e extensão (universo de estudo).

A partir de 2018, uma nova diretriz administrativa da gestão municipal, com a contratação das três arquivistas do município, a retomada das discussões oficiais sobre gestão de documentos e a oficialização da CADA, possibilitou que as ações do projeto tivessem maior impulso para a realização da etapa de diagnóstico arquivístico e das primeiras etapas de identificação documental. Atualmente, esta fase continua em andamento. Foram realizadas 25 entrevistas com servidores e grupos de servidores de todas as Secretarias Municipais, acompanhadas de visitas aos depósitos de documentos.

O relatório resultante está em processamento e deverá ser apresentado ao Secretario de Administração, para definição das prioridades de trabalho e das próximas etapas do projeto.

Por fim, um dos resultados esperados para o projeto, a ampliação dos mecanismos de comunicação junto à comunidade local, foi iniciado somente em período mais recente. Com o desenvolvimento do projeto, duas matérias foram produzidas pela TV UNESP (Unesp, 2019) e pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal (MARÍLIA, 2019) e foram responsáveis pela divulgação do projeto tanto entre os servidores municipais, numa preparação para a realização do diagnóstico, quanto para o conhecimento e

reconhecimento das atividades de extensão da Unesp junto à comunidade local.

O conjunto de resultados apresentados, embora tenha se desenhado em prazo mais longo, considerando-se o início dos trabalhos, demonstra também a necessidade de que projetos de extensão que pretendam provocar mudanças significativas nas políticas públicas regionais, mantenham regularidade ao longo do tempo, visando ultrapassar as dificuldades existentes no âmbito da gestão pública em grande parte das localidades do país. Resiliência é um atributo que deve acompanhar a decisão sobre a realização de um projeto dessa natureza.

5. Conclusão

A análise do desenvolvimento do projeto e de seus resultados até o momento permite identificar uma série de questões relevantes para a proposição de projetos integrados, associando ensino, pesquisa e extensão.

Em primeiro lugar, o projeto de extensão deve ter ligação direta com os componentes curriculares e com as disciplinas do curso. A utilização de exemplos, com situações concretas, leva para a sala de aula a vivência profissional da realidade e envolve os alunos na discussão teórica e em sua apropriação prática.

A criação de disciplinas optativas derivadas dos projetos, que abordem aspectos específicos da aplicação da teoria arquivística no contexto social, amplia a capacidade de aprendizagem dos alunos, uma vez que, ao aproximar a teoria das situações práticas, os alunos conseguem incorporar de modo mais consistente os conceitos apresentados.

Como determinado pelo conceito de extensão universitária, o envolvimento efetivo dos elementos da sociedade participantes do projeto é essencial para seu sucesso. No novo conceito de extensão, não se concebe a participação passiva dos 'beneficiários' da ação. Considera-se que a extensão universitária deve promover a integração sociedade – universidade de maneira equânime.

Nesse sentido, a atuação política, no sentido da negociação com os agentes públicos (no caso de um projeto destinado à administração municipal) é essencial e deve ser considerada um instrumento estratégico para consecução dos objetivos. Como relatado anteriormente, etapas importantes do projeto foram prejudicadas pela inexistência de autorização oficial para as atividades sugeridas, o que pode atrasar em um tempo considerável o desenvolvimento do projeto.

A comunicação institucional, sistemática, mantida entre os canais da universidade e da administração municipal constitui-se como um fator preponderante para o sucesso das estratégias de ação nesse tipo de projeto.

Sendo assim, a articulação proposta neste artigo contempla um elemento a mais, integrador do processo como um todo. Às atividades técnico-científicas deve-se associar um conjunto de atividades ligadas ao planejamento estratégico de comunicação de objetivos e resultados, visando ao engajamento de todos os envolvidos, sejam estudantes, docentes, servidores municipais e a comunidade como um todo.

Com isso, é possível obter os melhores resultados nos três eixos aqui tratados: ensino, pesquisa e extensão.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Lei 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 mai 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- BRASIL. Lei 12527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à informação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18.nov.2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm .
- BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Lei de Arquivos. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 09.jan.1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm .
- CONARQ (Brasil). e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- JARDIM, J. M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no poder executivo federal. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19587>
- LEATI, R.A, PAZIN-VITORIANO. M.C.C. Políticas públicas em arquivos: a importância da legislação municipal In: *Anais do XIX Encontro de Pesquisadores: Pesquisa científica e desenvolvimento*. Franca/SP: Uni-Facef, 2018, v.01, p. 1437-1444.
- LEME, T. F. PACHU, A. S. HILÁRIO, C. M. Análise da produção científica sobre classificação arquivística: um estudo de citações em periódicos brasileiros de arquivologia. *CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA*, 8., 2018, João Pessoa. *Anais eletrônicos*. *Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIN*, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 52-65, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_esp

- LEME, T.F. A identificação arquivística como subsídio para a classificação: uma proposta metodológica para a Prefeitura Municipal de Marília. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, 2019.
- LEME, T.F. Estudo comparativo de atribuições, funções e atividades como subsídio à elaboração de planos de classificação para a gestão arquivística em âmbito municipal, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- MACHADO, H.C.; CAMARGO, A.M.A. Como implantar arquivos municipais. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000 (Como fazer, 3)
- MARÍLIA (Câmara Municipal). Lei nº 6.720, de 13 de março de 2008. Cria o Arquivo Municipal e dá outras providências. Câmara Municipal de Marília, 2008.
- MARÍLIA (Prefeitura Municipal). Convênio entre Prefeitura e Unesp de Marília dá início ao diagnóstico de toda documentação do município. Administração. Notícias. Prefeitura Municipal de Marília, 2019 Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/convenio-entre-prefeitura-e-unesp-de-marilia-da-inicio-ao-diagnostico-de-toda-documentacao-do-municipio/>
- PACÍFICO, E. D. Documentos permanentes e preservação da memória local: o caso do Município de Marília. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- SANTOS, M. A presença da Ação Educativa em Arquivos Municipais da Região Sudeste. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. II Congresso Nacional de Arquivologia, Porto Alegre/RS, julho 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>.
- UNESP. Resolução nº 21, de 21 de fevereiro de 1989. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Publicado no Diário Oficial do Estado em 22 fev. 1989. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/secgeral/manuais/legislacao-unesp/>
- UNESP. Resolução nº 11, de 02 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária na UNESP. São Paulo: UNESP, 2012.
- UNESP. Projeto da Unesp desenvolve políticas de arquivamento para a Prefeitura de Marília. Unesp Notícias. TV UNESP, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k_v3kkYds5o&t=9s